

RESENHAS

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008. 312 p.

José Carlos Vilardaga
Doutorando – USP/CNPq.

Nem as palavras, nem as coisas, mas como o saber pode servir aos objetivos mundanos dos homens talvez seja a grande questão de *Viagens ultramarinas*. O livro de Ronald Raminelli - professor na Universidade Federal Fluminense - busca compreender as maneiras pelas quais a escrita e a produção do saber dos vassalos portugueses se integraram ao mecanismo régio de distribuição de mercês e, por isso mesmo, fizeram parte do rol de instrumentos que mantiveram o controle sobre o vasto império de Portugal. O trabalho segue a trilha conceitual aberta por Antonio Manuel Hespanha e problematizada por Fernanda Olival a respeito do papel das mercês na construção dos vínculos entre os súditos e a centralidade do império. Raminelli, portanto, alarga o tema ao mostrar como a pena - em companhia da espada -, era também um útil e eficiente serviço para a manutenção imperial dos espaços ultramarinos e, portanto, passível de *justa e graciosa* retribuição régia.

Na vastidão temporal (séculos XVI ao XIX) e espacial na qual trafegou, o autor tentou compreender “como a lealdade monárquica viabilizou um governo à distância” (p. 7). Questão de suma importância, não é de hoje que o tema da amplitude e heterogeneidade do Império Português desperta reflexões sobre o caráter das relações entre Lisboa e as partes ultramarinas. De fato, esta discussão é fulcral para a análise da própria natureza dos impérios e tem reverberado na historiografia, como bem mostram os posicionamentos diante do modelo teórico de “centro e periferia”, de Edward Shils, e da “autoridade negociada”, de Jack Greene. Na historiografia portuguesa, Luiz Felipe Thomaz trouxe uma fundamental contribuição e, na brasileira, o debate ocorre desde pelo menos os anos 1970, parecendo estar muito distante de amainar. Fernando Novais e Ciro Flamarion Cardoso, trafegando no paradigma marxista e econômico, deram a partida; mas de lá pra cá, o tema das redes, uma nova história política e as críti-

cas ao conceito de absolutismo problematizaram e enriqueceram o tema, o que, obviamente, não desqualifica o seu ponto de partida. O trabalho de Raminelli, neste quesito, parece se aproximar mais da centralidade que informa e legitima as partes do império, que da negociação com os poderes locais.

O autor conseguiu, em sete capítulos, preservar seu eixo, que é compreender a ordem que ditou o discurso desses homens que percorreram o Império Português e investigar como a produção de conhecimento neste itinerário serviu para alimentar a trama de interdependência costurada pela monarquia portuguesa. Tanto os colonos-cronistas dos séculos XVI e XVII, quanto os naturalistas ou a chamada “elite coimbrã” dos séculos XVIII e XIX tinham seu saber filiado às estratégias de ascensão social e reconhecimento régio que os vinculavam ao centro metropolitano. Com uma criteriosa pesquisa em arquivos portugueses e brasileiros, e utilizando além das obras, também as cartas, relações, instruções e documentação burocrática, o autor reconstitui a trajetória de alguns destes homens - se não de saber, produtores de saber -, e seus sucessos e percalços em sua tentativa de fazer parte da estrutura corporativa e hierárquica do Antigo Regime, mesmo quando um saber dito subversivo batia às portas do reino.

O capítulo 1, “A escrita e a espada em busca de mercê”, cumpre função introdutória e abrange os séculos XVI e XVII. Constitui-se numa análise dos mecanismos de controle da vasta rede imperial portuguesa. A própria utilização recorrente dos termos “rede”, “teia” e “trama” revela os vínculos do autor com o que tem sido um dos universos mais explorados pela atual historiografia, tanto portuguesa quanto brasileira. Junto com a religião e com o comércio, a língua e a escrita cumpriam a função de conectar pontos díspares no mundo imperial lusitano. No equilíbrio entre as forças centrífugas (distâncias, diversidades de grupos) e centrípetas (circulação de mercadorias e de notícias) surgiriam os laços que estreitavam as relações entre o monarca - centro do império e fonte de legitimidade -, e seus súditos, vassalos de fato, nos diversos pontos do planeta.

O autor incorpora as interpretações sobre a “modernização” da administração portuguesa em função da influência espanhola advinda da União Ibérica (Antonio Hespanha), e mostra como, na Espanha dos Habsburgos, já se encomendavam obras para o melhor conhecimento e controle do império, coisa “típica da coroa espanhola” (p. 24). No caso português não havia esse incentivo, que acabava sendo o resultado da iniciativa de colonos e vassalos, tirante, como bem indica o autor, as crônicas de expansão no Oriente. Porém, para além da função governativa, os textos produzidos sobre as colônias funcionavam, mesmo para

aqueles que viviam nas franjas do império, como um instrumento de inserção no centro ou mesmo de legitimação junto aos poderes locais. Enredados nas “teias informativas” típicas da lógica hierárquica do Antigo Regime, os vassalos viam na sua prática escriturística uma forma de atingir ou conseguir alguma mercê ou recompensa pelo serviço prestado. Alinhado com a visão de *monarquia corporativa* de Antonio Hespanha, Raminelli explora o que aquele autor identificou como “império de papel”. De fato, esta característica advinha da lógica imperial espanhola, mais precisamente de Felipe II, com acerto chamado por Henry Kamen como “rei de papel” e, seu reinado, como “governo de papel” por J. Elliott.

Raminelli desenvolve a discussão sobre a força da comunicação e da escrita na manutenção da estrutura imperial, ponderando também o que poderíamos entender como uma parte dos mecanismos retóricos, mesmo que o autor não promova um exercício de análise hermenêutica das fontes citadas. Ele apresenta a sugestiva ideia de que, para valorizar o seu próprio trabalho, os cronistas-autores sobrevalorizavam seu objeto de descrição. Citando o caso de Gabriel Soares de Souza e seu *Tratado descritivo* (1587), tenta mostrar como o Brasil, na periferia do Império Espanhol, em meio à União Ibérica, precisava ser apresentado à Coroa de maneira sedutora. Portanto, a valorização do Brasil, evidente na obra de Souza principalmente no tocante às promessas minerais, tinha a pragmática intenção de dourar o objeto para dourar a si próprio. De qualquer maneira, os textos estabeleciam os vínculos necessários entre a “periferia” do império e seu “centro”, reforçando o papel da comunicação nas teias e na dinâmica de poder do Antigo Regime, tema de central importância para a análise do império, mas ainda pouco explorado pela historiografia, principalmente no que poderíamos entender como uma análise do discurso das fontes emanadas na estrutura imperial.

É no capítulo 2, “Inventário das conquistas”, que Raminelli traça o desenvolvimento, ao longo do século XVIII, de uma burocracia treinada e basicamente posta a serviço da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Inicialmente preocupada com questões fronteiriças e legais no início do século XVIII, um pouco mais tarde as reformas pombalinas direcionariam as preocupações para os temas econômicos, o que revelava um intervencionismo estatal que tinha como objetivo reverter a má situação da economia portuguesa. Já no último quartel do século XVIII, influenciada pela Ilustração, d. Maria iniciaria um processo de reforma nas instituições científicas portuguesas que propiciou a elaboração do novo estatuto da Universidade de Coimbra e promoveu a fundação da Academia Real de Ciências, do Jardim Botânico de Lisboa e o de Coimbra. Ao contrário

do século XVII, no XVIII surgia um Estado patrono do conhecimento, o que parecia uma novidade setecentista, mas que, no fundo - como mostra o autor -, ainda funcionava sob o tradicional sistema de privilégio.

O marco representativo da guinada em termos de formação de uma geração de naturalistas é, para Raminelli, a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, que surge como uma figura destacada e quase emblemática no livro. A “viagem filosófica” de Ferreira (que parte rumo ao Pará em 1783) fora preparada pelo naturalista italiano Domenico Vandelli - trazido a Portugal para impulsionar as reformas científicas -, professor de Ferreira. Disciplinados para interrogar e classificar a natureza, os naturalistas tinham como um dos objetivos norteadores a formação de um museu nacional, mas as viagens científicas cumpriam o papel de beneficiar Portugal com informação e conhecimento. Assim, “a ciência e a economia agiam como agentes estatais no processo de centralização política e controle do território” (p. 83). Estamos, até aqui, no campo conhecido das relações entre saber, em seu viés científico, e o poder.

Esta ciência, contudo, era, segundo o autor, marcada pela “fidalguia ilustrada” do século XVIII, e os museus “um espaço de deleite da nobreza lisboeta” (p. 85). Projeta-se, portanto, naquele século, a perspectiva de que o conhecimento - só que agora em sua vertente naturalista e institucionalizada -, servia também para inserir seu produtor na trama de privilégios e mercês que construía a interdependência entre os vassalos e a monarquia, bem como para granjear vantagens na sociedade cortesã. Além disso, entre o naturalista e o centro do poder, existia uma intrincada hierarquia de poderes e instâncias que envolviam ainda mais o homem de ciência na teia de subordinações da estrutura administrativa colonial, mostrando que até mesmo as remessas de amostras serviam para construir fidelidades e para alimentar a patronagem.

O capítulo 3, “Viagens filosóficas”, pode ser entendido como o núcleo do livro, pois discute a penetração das ideias científicas em Portugal. Raminelli afasta-se das clássicas interpretações que compreendiam Portugal como avesso ao desenvolvimento científico e ilustrado, noção que já vem sendo contrastada nos últimos anos. Após constatar que a vanguarda do pensamento científico europeu esteve presente no reino, fosse através da lógica inventariante de Lineu ou do ciclo de Joseph Banks (que propunha as fases de coleta, classificação e finalmente de publicação), o autor busca outras causas para os entraves ao projeto científico português. Marcada pela “economia política”, a ciência estava a serviço do império e, portanto, as coleções remetidas eram precariamente

catalogadas e menos ainda publicadas, já que após cumprirem a função de abastecer o governo de informações perdiam sua razão de ser. Segundo o autor, a administração buscava um ativo agente colonial e não um fiel discípulo de Lineu.

A questão complicadora trazida pelo autor é que alguns dos naturalistas pareciam cumprir esta função de bom grado. Ferreira, por exemplo, mesmo quando teve a chance de praticar uma ciência mais livre das determinações pragmáticas advindas de suas instruções, teria produzido como um “naturalista de gabinete” e atinente aos objetivos administrativos do império. Ainda neste capítulo, o autor analisa as trajetórias de João da Silva Feijó, em Cabo Verde, Joaquim José da Silva, em Angola, e Manuel Galvão da Silva, em Goa e Moçambique. Os percalços sofridos pelos viajantes bem como as interrupções de seu ciclo de conhecimento, numa conjuntura na qual a ciência se ligava profundamente à razão de Estado, leva Raminelli a se perguntar sobre os vínculos entre saber e poder e a se questionar sobre a autonomia do sujeito produtor do conhecimento. Para tanto, busca as contradições dos próprios autores fugindo ao padrão de análise que vitimiza o cientista diante do Estado. O que se tenta mostrar é que o Estado e os naturalistas não atuavam em universos apartados, e que, para além da dependência institucional, estavam juntos numa mesma perspectiva redentora, que via o Estado como o único instrumento legítimo de promoção do bem comum.

A visão de Raminelli é de que a fragilidade da Ilustração em Portugal não estava no seu utilitarismo ou no serviço que o conhecimento prestava ao Estado, mas no fato de que esse serviço não cumpria efetivamente seu ciclo. Alinhado com as perspectivas de análise de Bruno Latour, que compreende a ciência necessariamente enredada nas instituições e, portanto, sempre filiada a interesses e poderes, Raminelli encontra outra explicação: o chamado “ciclo de acumulação” esbarrava na rede de privilégios do Antigo Regime, e os naturalistas eram obrigados a pactuar com uma infinidade de instâncias intermediárias do poder, numa lógica que Norbert Elias - mais uma das principais referências teóricas do autor - chamou de “ambivalência de interesses”. A lógica patrimonialista do Antigo Regime marcava o saber em Portugal e isso atravancava o ciclo do conhecimento. O problema parece estar menos no caráter pragmático e estatal da ciência do que na própria natureza do Antigo Regime em Portugal e a contradição que essa estrutura impunha às forças modernizadoras da Ilustração, muitas delas impulsionadas de dentro do Estado.

Essa ciência domesticada também pela sociedade cortesã é o tema do capítulo 4, essencialmente sobre a produção do saber e as tramas do poder. Aqui,

Norbert Elias norteia novamente as análises. O saber iluminista em Portugal surge anestesiado num tempo que provocava verdadeiras convulsões em outras partes da Europa, pois, em busca das regalias do Estado, o saber se tornava parte importante “das estratégias de mobilidade social nas várias sociedades do império colonial” (p. 138), tanto na instância metropolitana quanto local. Raminelli promove uma análise das trajetórias destes naturalistas e constata que se tornavam cada vez mais amarrados à burocracia e menos à ciência. Inspirado nos trabalhos de Nuno Monteiro e Mafalda S. da Cunha, o autor tenta, através dos caminhos e estratégias adotados pelos naturalistas, compreender a lógica do império e da função do saber nele.

Anestesiada em meio à convulsão, a Ilustração portuguesa e seu papel aparentemente contraditório de harmonização social e imperial é o tema do capítulo 5, “Naturalistas em apuros.” A política de unidade imperial, pautada no reforço das práticas administrativas comuns e na exaltação de uma identidade portuguesa, deveria servir como uma vacina aos sentimentos antilusitanos. Isso explicava a promoção de jovens brasileiros e sua inserção no Estado português, como o caso de Bonifácio exemplifica. Aqui o livro dialoga, por exemplo, com os trabalhos recentes de Iris Kantor e suas análises sobre uma elite ilustrada luso-brasileira incorporada ao Estado e pronta para reproduzir o discurso imperial. Estes “agentes ilustrados” defendiam a modernização, mas enfrentavam no ultramar uma disputa intensa, e de modo geral perdida, com as autoridades locais que dominavam os canais de comunicação. Formados no mesmo espírito de seus colegas portugueses, os luso-brasileiros tinham, diferentemente deles, um acesso restrito à burocracia e às mercês, tanto em Portugal quanto no Brasil. Os exemplos mostram como alguns naturalistas viveram problemas para se inserirem na sociedade colonial e os conflitos de jurisdição que enfrentaram.

O capítulo 6, “Fragmentos do Império”, promove uma análise das imagens produzidas pelos naturalistas. Nesta parte, Raminelli trafega em terreno que lhe é bastante familiar, visto que sua trajetória profissional é marcada por trabalhos com história das imagens. Faz uma leitura da “gramática visual e social”, cotejando o significado das imagens no projeto naturalista português com os paradigmas da Ilustração. Ainda apostando no sucesso do império no final do século XVIII, os vassalos luso-brasileiros andavam na contramão do clima de rebeldia vigente; portanto, as imagens produzidas, assim como os textos, estavam diretamente vinculados aos interesses imperiais. O autor se dedica também, nesse capítulo, às pranchas e descrições textuais de Ferreira. No caso das pranchas, o autor sugere uma espécie de “tipologia de imagens”. O intuito é mostrar como

este material estava em total acordo com a ciência da época, não destoando essencialmente de seu caráter eminentemente colonialista: agentes imperiais (como diz Mary Louise Pratt), preocupados com a classificação proposta por Lineu para o bom serviço da manutenção e exploração do mundo colonial.

No último capítulo, “Bacharéis na crise do império”, analisa os momentos finais da relação colonial e como os homens de saber luso-brasileiros responderam às inquietações de seu tempo. Aos poucos, aumentava-se a percepção de que Portugal era cada vez mais dependente economicamente do Brasil e novas formas de relação entre as partes foram propostas, mas todas ainda defensoras de uma unidade imperial. Mesmo com a corte se transferindo para o Brasil, esta unidade continuou a ser defendida inclusive pelos luso-brasileiros, muitos deles inseridos no corpo de magistrados. As noções da complementaridade das partes do império (sem qualquer noção de igualdade) e da “mãe metrópole” ainda marcavam boa parte dos homens de saber, mesmo que revestidas de noções modernas e de verniz liberal. A chamada elite coimbrã, hegemônica neste processo, era formada por bacharéis em leis dedicados à história natural, pois os magistrados já haviam percebido que ela era parte de uma “estratégia para se aproximar das autoridades lisboetas” (p. 285). De outro lado, os naturalistas de formação eram cada vez mais desviados para a burocracia, o que configurava a “falência do projeto científico em Portugal” (p. 287). De qualquer maneira, alguns princípios dessa Ilustração marcaram as ideias de uma parte da nova elite do Brasil independente, em especial a noção de que o Estado era o instrumento por excelência para modernizar a sociedade e a economia.

O instigante trabalho de Raminelli abre inúmeras portas de entrada e, por conseguinte, permite vários debates: o papel do saber e suas relações com o poder, o caráter da Ilustração em Portugal, a comunicação na sociedade do Antigo Regime, as redes do império, dentre outros. Uma primeira classificação (para usar um termo pertinente) o colocaria no rol dos trabalhos de história da ciência; entretanto, subtraindo qualquer prejuízo que uma divisão estrita entre as áreas possa acarretar, estamos mais próximos de uma história política renovada, que insere o saber na rede de relações sociais e políticas do império. O livro reflete a trajetória do autor, que principiou seus trabalhos com a história das imagens e análise de representações em relatos de viagem e crônicas coloniais, e agora dialoga com os debates sobre a natureza do império colonial, aproximando-se da história da ciência. A permear tudo isso, a clareza de que por trás do discurso há uma ordem a pautar as imagens e os textos: a ordem do discurso que se revela

tanto na centralidade do governo imperial, quanto na interpretação das venturas e desventuras de homens de saber numa sociedade corporativa marcada pelo sistema de patronagem. Mais do que entender o que os autores produziram, procura saber como fizeram valer, ou não, o que produziram. Por fim, ao discutir as contradições, não de uma ciência a serviço do Estado, mas de um instrumento modernizador numa sociedade marcada pelas vicissitudes do Antigo Regime português, contribui para compreender mais um dos paradoxos no antigo sistema colonial.

Recebido: fevereiro/2009 – Aprovado: agosto/2009.